

Congresso corta salário para votar

CRISTIANE JUNGBLUT

BRASÍLIA — Os presidentes da Câmara (Luís Eduardo Magalhães) e do Senado (José Sarney) e o líder do Governo no Congresso (Germano Rigotto) não têm dúvida: só mesmo o risco de perder dinheiro poderá levar deputados e senadores a frequentarem novamente as sessões do Congresso, a cada dia mais esvaziadas. Enquanto as sessões da Câmara e do Senado estão

sempre cheias, as do Congresso (reuniões conjuntas de deputados e senadores) são esquecidas pelos parlamentares e só ficam concorridas quando o assunto em pauta mexe com o bolso, como na votação do Orçamento da União ou dos projetos de créditos suplementares, os chamados **jumbões**.

As mesas da Câmara e do Senado pretendem aprovar projeto que permita descontar dos salários as faltas a essas sessões. O deputado Germano Rigotto

(PMDB-RS), defende que a presença nas sessões do Congresso seja incluída no cálculo dos salários, como ocorre com as sessões da Câmara e do Senado.

— A grande dificuldade para que haja sessões no Congresso é a presença dos parlamentares. Temos sempre que construir um entendimento com todos os partidos sobre os projetos, porque qualquer obstrução pode derrubar uma sessão de quorum baixo. Não há qualquer punição para os faltosos — diz Rigotto.

Hoje, os regimentos da Câmara e do Senado não mencionam as sessões do Congresso. Vários parlamentares justificam as faltas argumentando que as cansativas sessões do Congresso são sempre à noite, depois que eles passaram o dia discutindo nas comissões e nas sessões da Câmara e do Senado, e que não ganham nada para participar delas. Contudo, o trabalho legislativo se divide em sessões da Câmara, do Senado e do Congresso. Pela Constituição, apenas as ses-

sões conjuntas do Congresso podem aprovar medidas provisórias (MPs), vetos do presidente da República a um projeto ou a partes de um projeto, Orçamento da União, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), entre outras atribuições.

Com as sessões esvaziadas, Rigotto teve que suar para desemperrar uma pauta paralisada há meses. Eram mais de seis mil vetos: se fossem votados um por um, ocupariam deputados e senadores até o ano 2000. Mas,

graças a uma fórmula que permite a votação em bloco, o Congresso já votou 5.957 matérias, das quais 5.883 eram vetos do presidente. Curioso é que apenas um desses vetos foi derrubado: o que fixava a TR como índice para os financiamentos agrícolas e provocou a rebeldia da bancada ruralista. Também foram aprovadas 40 medidas provisórias, sendo que 11 foram modificadas pelo Congresso.

— Conseguimos limpar a pauta — disse Rigotto.